

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR

2011/2012



TII

ANÁLISE DO REGULAMENTO DE COLOCAÇÕES DOS MILITARES DA FORÇA AÉREA E DA SUA ADEQUAÇÃO À EXISTÊNCIA DE CASAIS MILITARES.

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

MANUEL NOVAL BAPTISTA

CAP/TMAEQ



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**ANÁLISE DO REGULAMENTO DE COLOCAÇÕES DOS
MILITARES DA FORÇA AÉREA E DA SUA ADEQUAÇÃO
À EXISTÊNCIA DE CASAIS MILITARES.**

CAP/TMAEQ Manuel Noval Baptista

Trabalho de Investigação Individual do CPOS/FA

Pedrouços 2012



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**ANÁLISE DO REGULAMENTO DE COLOCAÇÕES DOS
MILITARES DA FORÇA AÉREA E DA SUA ADEQUAÇÃO
À EXISTÊNCIA DE CASAIS MILITARES.**

CAP/TMAEQ Manuel Noval Baptista

Trabalho de Investigação Individual do CPOS/FA

Orientador: MAJ/ADMAER Carlos Inácio

Pedrouços 2012



Agradecimentos

Ao meu orientador, Major Carlos Inácio, pela receptividade e interesse revelados desde a primeira hora, bem como pela forma atenciosa e dedicada com que sempre me recebeu, contribuindo com conselhos pertinentes para a concretização deste trabalho.

Aos militares da Direção de Pessoal, pela ajuda prestada na identificação do universo de casais militares da Força Aérea.

Aos entrevistados da Repartição de Recursos e da Repartição de Colocações, pelo seu contributo para esta análise.

Aos casais militares, pela participação no inquérito.

Aos camaradas de curso, pela fraternidade e solidariedade demonstrada na permanente troca de informação.

À minha família, pela compreensão e pelo tempo que não lhes dediquei.



Índice

Introdução	1
1. Base Conceptual	4
a. Recrutamento	4
b. Recrutamento Externo.....	4
c. Recrutamento Interno.....	4
d. Colocação	4
e. Nomeação	4
f. Nomeação por Escolha.....	5
g. Nomeação por Oferecimento.....	5
h. Nomeação por Imposição.....	5
i. Declaração de Preferência	5
j. Desempenho	6
k. Motivação	6
l. Família.....	6
m. Casal Militar	6
n. União de Facto	6
2. O Recrutamento dos Recursos Humanos para os Ramos das Forças Armadas.....	7
a. Generalidades	7
b. Recrutamento Externo dos Ramos	7
c. Recrutamento Misto nos Ramos	8
d. Recrutamento Interno nos Ramos	8
3. Comparação dos Processos de Colocação dos Ramos das Forças Armadas	9
a. Generalidades	10



b. Finalidade e Âmbito de Aplicação	11
c. Colocação	11
d. Nomeação por Escolha	12
e. Nomeação por Oferecimento	13
f. Nomeação por Imposição	14
g. Tempos de Permanência em Unidade, Estabelecimento ou Órgão Militar	15
h. Síntese	16
4. Incorporação de Militares do Género Feminino	17
5. Análise dos Resultados do Inquérito	20
a. Universo	20
b. Descrição do Universo	21
c. Caracterização da amostra	22
d. Análise do Inquérito	26
e. Síntese	29
f. Adequação do RCMFA aos Casais Militares	30
Conclusões	32
Recomendações	35
Bibliografia	37
ANEXO A – Análise do Inquérito aos Casais Militares	A 1
ANEXO B – Entrevista ao Diretor da Direção de Pessoal da Força Aérea	B 1

Índices de gráficos

Gráfico 1- Membros dos casais militares por classe em 2011	20
Gráfico 2 – Colocação por Unidade	21
Gráfico 3 – Amostra	22



Gráfico 4 – Por gênero.....	23
Gráfico 5 – Situação.....	24
Gráfico 6 – Classe.....	24
Gráfico 7 – Situação do cônjuge ou companheiro(a).....	25
Gráfico 8 – Estado civil antes e depois do ingresso na FAP.....	25
Gráfico 9 – Repercussões por serem um casal militar.....	26
Gráfico 10 – Colocações.....	26
Gráfico 11 – Obstáculos devido a colocação em áreas diferentes.....	27
Gráfico 12 – Desmotivação/preocupação.....	27
Gráfico 13 – Compatibilidade com o RCMFA.....	28
Gráfico 14 – Grau de satisfação.....	28
Gráfico 15 – Acompanhamento do cônjuge.....	29

Índices de tabelas

Tabela 1 – Número de casais militares da FAP em 2007.....	18
Tabela 2 – Número de casais militares da FAP em 2011.....	19
Tabela 3 – Distribuição dos casais por gênero e classe em 2011.....	19
Tabela 4 – Universo/amostra.....	22



Resumo

Durante milénios as instituições castrenses foram compostas exclusivamente por militares do género masculino. Quando quase todas as Forças Armadas ocidentais já possuíam nas suas fileiras militares do género feminino, em Portugal foi a Força Aérea que, em 1991, foi pioneira na realização de incorporações com mancebos do género feminino. Esse facto veio criar uma nova dinâmica que redundaria no aparecimento de casais de militares, com as suas particularidades e especificidades para as quais a Força Aérea não estava preparada, mas tem vindo a adaptar-se satisfatoriamente.

Ciente de que “as pessoas são os recursos mais valiosos de uma organização” (Chiavenato, 1999, p. 34) e que tem que competir por elas, com as organizações civis e entre os Ramos das Forças Armadas, no mercado das oportunidades de trabalho, com o intuito de seduzir, cativar e seleccionar para as suas fileiras, os mais capazes e qualificados para os cargos que necessita ocupar, a instituição militar, e em particular a Força Aérea, não pode descorar o universo dos casais militares, existente nas sua fileiras.

Para cumprir o desígnio de cativar bons recursos humanos, os Ramos fazem uso de diversas ferramentas, sendo uma delas, os seus regulamentos de colocações.

O Regulamento de Colocações dos Militares da Força Aérea e a forma como ele se adequa à existência de casais militares no seu seio, foi o nosso propósito de análise.

Este contexto levou-nos a comparar os regulamentos dos três Ramos, de forma a compreendermos quais as suas diferenças e semelhanças, mas tendo sempre em mente o nosso principal objetivo de estudo.

Foi ainda realizado um inquérito aos membros dos casais militares e analisado o seu conteúdo, com a intenção de conhecer qual era a sua opinião sobre o RCMFA.

Este trabalho termina com as conclusões e a elaboração de algumas propostas de alteração ao regulamento de colocações.



Abstract

For millennia the military institutions were composed exclusively by military men. When almost all the western Armed Forces already had in their military ranks the female gender, in Portugal, it was the Air Force in 1991 that pioneered the implementation of incorporations with young female recruits. This fact has created a new dynamic which would result in the appearance of couples of soldiers, with their special particularities and specific characteristics for which the Air Force was not prepared, but has been adapted to satisfactorily.

Aware that "people are the most valuable resources of an organization" (Chiavenato, 1999, p. 34) and that it has to compete for them, with the civil organizations and between the branches of the Armed Forces, in the market for job opportunities, and with the intention to seduce, attract and select to their ranks, the more capable and qualified for the positions it need's to occupy, the military institution and in particular the Portuguese Air Force, can't neglect the universe of military couples, existing in its ranks.

To fulfill the plan of attracting good human resources, the branches make use of various tools, one of them, its regulation of transfers and tours.

This regulation, in particular the one of the Portuguese Air Force, and how he fits the existence of military couples in its midst, was the purpose of analysis.

This context has led us to compare the regulations of the three branches, in order to understand their differences and similarities, but always keeping in mind the main objective of the study.

It was then carried out a survey to the military couples and analyzed its content, with the intention of knowing what their views on the RCMFA were.

This work ends with the conclusions and the drawing up of some proposed amendments to the referred regulation.



Palavras-chave

Casal militar, Processo de colocações, nomeação por escolha, nomeação por imposição, nomeação por oferecimento, recrutamento externo e interno, desempenho, motivação.



Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AM	– Academias Militares
MP	– Marinha
CEM	– Chefes do Estado-Maior
CEMA	– Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME	– Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMFA	– Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	– Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CPOS FA	– Curso de Promoção a Oficial Superior da Força Aérea
CRP	– Constituição da República Portuguesa
DP	– Direção de Pessoal
EMFAR	– Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EP	– Exército português
FAP	– Força Aérea Portuguesa
FFAA	– Forças Armadas
GMIL	– Guarnição Militar
GMP	– Guarnição Militar de Preferência
IESM	– Instituto de Estudos Superiores Militares
LOBOFA	– Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LOFA	– Lei Orgânica da Força Aérea
MP	– Marinha Portuguesa
NNCMQP	– Normas de Nomeação e Colocação dos Militares do Quadro Permanente
NNCMRVC	– Normas de Nomeação e Colocação dos Militares nos Regimes de Voluntariado e de Contrato



OS	– Ordem de Serviço
QP	– Quadro Permanente
RC	– Regime de Contrato
RCMFA	– Regulamento de Colocações dos Militares da Força Aérea
RDM	– Regulamento de Disciplina Militar
RH	– Recursos Humanos
RNCM	– Regras de Nomeação e Colocação da Marinha
RV	– Regime de Voluntariado
UEO	– Unidade, Estabelecimento ou Órgão Militar



Introdução

"Os momentos mais felizes da minha vida foram aqueles, poucos, que pude passar em minha casa, com a minha família."

Thomas Jefferson, filósofo, (3º Presidente dos EUA)

Com a promulgação do Decreto-Lei nº 232/2009 de 15 de setembro, que ficou conhecido por Lei Orgânica da Força Aérea (LOFA), decorrente do estabelecido pela Lei Orgânica nº 1–A/2009, de 7 de julho, conhecida por Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), e nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 198º da Constituição da República Portuguesa (CRP), a Força Aérea Portuguesa (FAP) sofreu alterações significativas na sua estrutura organizacional, levando a que o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), aprovasse um novo Regulamento de Colocações dos Militares da Força Aérea, doravante designado por RCMFA, pelo seu despacho nº 01/99/A, de 12 de janeiro, tendo sido alterado pelo despacho nº 68/2007, de 18 de setembro e novamente modificado no seu anexo A pelo despacho do CEMFA nº 37/2010, de 12 de março, onde são especificadas as Áreas, Unidades e os Órgãos de colocação possíveis para os militares da FAP, dentro do Ramo.

As mutações na estrutura orgânica têm como intuito acautelar o cumprimento da sua missão primária, a defesa do espaço aéreo nacional, e ao mesmo tempo racionalizar os seus meios de forma a acompanhar as novas tendências organizacionais.

Sabendo que os recursos humanos (RH), enquanto "...pessoas que ingressam, permanecem e participam na Organização, qualquer que seja o seu nível hierárquico ou a sua tarefa" (Chiavenato, 1991, cit. por Bastos, 2008, p. 6), são o fator fundamental para qualquer organização alcançar os resultados a que se propõe, e estes têm um valor primordial nas instituições militares, é de relevante interesse para a FAP, a realização de análises periódicas ao seu RCMFA, para que este responda às carências da instituição, não esquecendo as aspirações legítimas dos seus militares, a fim de manter os seus índices motivacionais elevados. Com militares estimulados será mais simples, levar a bom porto, a prossecução dos objetivos que decorrem das missões que a nação atribui à FAP.



Nesse sentido, considera-se pertinente dirigir esta análise para a problemática da colocação dos casais militares, (quando dois membros da FAP têm uma união “legal como cônjuges”), investigando se o RCMFA é um fator de motivação positiva ou negativa para o cumprimento da missão a que cada um dos elementos que o constituem está vinculado.

Levar a efeito este estudo é, portanto, fundamental para a instituição, que desta forma poderá ficar a saber se esta problemática tem implicações na vida e nos sentimentos dos seus militares. Conhecendo melhor esta realidade e o que ela implica na motivação, no empenho, e na predisposição dos seus membros para o cumprimento da missão, a FAP pode atuar por intermédio do seu RCMFA e fazer dele um instrumento estratégico para extrair dos seus RH o melhor para a instituição e para o bem-estar da população militar em geral.

Para abordar esta problemática o trabalho foi desenvolvido com base no método de investigação em Ciências Sociais proposto por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (1997), o qual preconiza a necessidade de formulação de uma pergunta central que deverá nortear a pesquisa, e que no presente trabalho assumiu o seguinte formato: **“De que forma o RCMFA se adequa à existência de casais militares?”**

Refira-se que, colocando a investigação num âmbito restrito e especial (casais militares), a pergunta central tem associada as seguintes questões derivadas:

De que forma o RCMFA contribui para manter os casais militares na mesma área de colocação?

De que forma o RCMFA concorre para a motivação profissional dos casais militares?

De que forma o RCMFA auxilia na fidelização nos seus quadros dos casais militares?

A pesquisa para este trabalho, baseou-se na consulta bibliográfica à legislação geral e à legislação específica sobre as colocações dos militares da FAP, do Exército (EP) e da Marinha Portuguesa (MP), que regulam este tema. Foram ainda consultados trabalhos realizados sobre temáticas similares, solicitado pareceres a entidades ou pessoas especialistas na área e foi elaborado um questionário ao universo de casais militares, sobre



a matéria em apreço, sendo consideradas como amostra dos casais para este estudo, as cem primeiras respostas ao questionário.

Para tentar dar resposta às perguntas derivadas, foram aventadas as seguintes hipóteses:

H1: O RCMFA possui disposições que acautelam a colocação de elementos constituintes de casais militares na mesma área de colocação.

H2: O RCMFA possui disposições que despertam o interesse e mobilizam os elementos dos casais militares para a consecução dos objetivos profissionais.

H3: O RCMFA possui disposições que promovem o reforço do vínculo dos elementos dos casais militares para com a instituição.

Definida a forma como foi efetuada a pesquisa, pretende-se que este trabalho contribua com propostas que enriqueçam o RCMFA.

O trabalho encontra-se organizado da seguinte forma:

- No primeiro capítulo, procede-se uma análise conceptual, descrevendo e caracterizando os principais conceitos desta temática;
- No segundo capítulo, abordam-se os vários tipos de recrutamentos usados pelos três Ramos das Forças Armadas (FFAA);
- No terceiro capítulo, comparam-se os processos de colocação e suas diferenças nos três Ramos das FFAA;
- No quarto capítulo, apresenta-se uma resenha histórica sobre o recrutamento de mulheres na FAP e o aparecimento de casais militares;
- No quinto capítulo, analisaremos os resultados de um inquérito efetuado aos casais militares;
- Por fim, apresentam-se as conclusões e propostas.



1. Base Conceptual

A análise conceptual é uma fase essencial em qualquer trabalho de pesquisa, possibilitando, dessa forma, identificar qual o sentido a conferir aos conceitos. Nesse sentido, irão ser apresentados os conceitos julgados fundamentais para o progresso e compreensão do presente trabalho de pesquisa.

a. Recrutamento

“Um conjunto de atividades desenhadas para atrair um conjunto de candidatos qualificados para uma organização” (Schermerhorn, 1996, p. 290).

b. Recrutamento Externo

“ Consiste em identificar, no mercado, candidatos com perfil para preencher a vaga existente” (Camara, 2001, p. 321).

c. Recrutamento Interno

“Consiste no preenchimento de uma vaga por um empregado que ocupa outra função, mas já faz parte da Empresa” (Camara, 2001, p. 318).

d. Colocação

O conceito de colocação considerar-se-á como a ligação temporal de um militar a uma Unidade, Estabelecimento ou Órgão Militar (UEO), para o qual foi designado, nos termos do RCMFA e dos Estatutos dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

e. Nomeação

O conceito de nomeação será considerado como a designação oficial de um militar, para o desempenho de uma função.



f. Nomeação por Escolha

A nomeação por escolha, de acordo com o artigo 135º do EMFAR, é da competência dos Chefes do Estado-Maior (CEM), e realiza-se, independentemente de qualquer ordenação ou escala, de forma a satisfazer uma necessidade especial de serviço, devendo ter em conta a verificação cumulativa dos seguintes critérios: exigência do cargo ou das funções a desempenhar e adequação das qualificações técnicas e pessoais do militar à função.

g. Nomeação por Oferecimento

A nomeação por oferecimento, de acordo com o artigo 136º do EMFAR e o artigo 4º do RCMFA, precede uma declaração expressa do militar, na qual este se oferece a desempenhar um determinado cargo, ou função, ou ainda, por um convite em ordem de serviço (OS), aos militares que satisfaçam as exigências do cargo ou função, os requisitos técnicos e profissionais requeridos e antiguidade no posto, operando-se de acordo com lista de ordenação, nos termos do RCMFA.

h. Nomeação por Imposição

A nomeação por imposição, de acordo com o artigo 137º do EMFAR e o artigo 5º do RCMFA, processa-se por escala, de entre os que têm maior tempo de permanência na colocação, que satisfaçam os requisitos técnicos e profissionais, tendo em vista o exercício de função ou cargo próprios de um determinado posto e especialidade.

i. Declaração de Preferência

A declaração de preferência, ou declaração de colocação de preferência, é o documento formal através do qual o militar expressa a sua preferência em termos de colocação, Área, ou Unidade/Órgão.



j. Desempenho

O desempenho define-se pelo grau de eficiência, e pelo empenho no cumprimento de uma tarefa ou de uma missão, que, “Assenta na fixação prévia de objectivos, que devem ser quantificados, calendarizados e alcançáveis (...)” (Camara, 2001, p. 353).

k. Motivação

De acordo com Mondy (1993, cit. por Teixeira, 2010, p. 120) podemos definir motivação como “... a vontade de uma pessoa desenvolver esforços com vista à prossecução dos objetivos da organização. António de Sousa (2010, p. 140) define-a como “processo psicológico que dá ao comportamento um objetivo e uma orientação”.

l. Família

Segundo Almeida (s.d., cit. por Silva 2001, p. 31), “É um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco, onde dois membros adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças. Nem sempre partilham a mesma residência, nem sempre as crianças são filhos dos adultos da família, nem sempre os adultos são de sexo diferente”.

m. Casal Militar

É uma família, (como definida por Almeida), composta por dois militares, com ou sem filhos, casados ou vivendo em união de facto.

n. União de Facto

“União estável há mais de dois anos entre duas pessoas, que não tenham impedimento legal para se casarem, e vivam em situação similar à dos cônjuges” (código civil português, artº 2020).



2. O Recrutamento dos Recursos Humanos para os Ramos das Forças Armadas

a. Generalidades

Recrutamento é o processo de gerar um conjunto de candidatos para um cargo específico. Ele deve anunciar a disponibilidade do cargo no mercado e atrair candidatos qualificados para disputá-lo. O mercado no qual a organização tentar buscar os candidatos pode ser interno, externo ou combinação de ambos. Por outras palavras, a organização deve buscar candidatos dentro da organização, fora da organização ou em ambos (administrador profissional nº 146, 1998, p. 8).

Os Ramos das FFAA estão cientes de que “as pessoas são os recursos mais valiosos de uma organização” (Chiavenato, 1999, p. 34) e que têm que competir por eles com as organizações civis e entre Ramos no mercado dos RH, com o intuito de cativar e selecionar para as suas fileiras, os mais adequados e qualificados para os cargos que necessita ocupar.

Para conseguir os RH adequados os Ramos das FFAA fazem recrutamento externo, interno e misto, dependendo dos cargos que visa preencher.

b. Recrutamento Externo dos Ramos

Os Ramos, sendo instituições hierarquizadas que presam a conservação das suas culturas organizacionais, têm cuidados extremos na seleção dos seus RH, optando por realizar recrutamento externo, quase em exclusivo, para as suas academias militares (AM) e para militares em regime de contrato (RC), impedindo desta forma que esses candidatos ingressem nos seus quadros permanentes (QP), antes de sofrerem um período de experimentação, formação e aculturação institucional.

Os candidatos selecionados para as AM frequentam cursos em ciências militares, e só depois de concluídos os cursos, é que ingressam nos QP dos respetivos Ramos das FFAA. Desta forma a instituição garante uma aculturação contínua aos hábitos e deveres castrenses.



Sabe-se que lidar com pessoas é uma tarefa complexa, mas as organizações “dependem delas para atingir seus objetivos e cumprir suas missões.” (Chiavenato, 2002, p. 19). As FFAA para recrutarem os RH necessários deitam mão dos militares em RC, que podendo servir nesta situação até seis anos, estão aptos, durante este período, ou findo este, para responder à abertura de concursos internos ou mistos, para vagas no QP.

c. Recrutamento Misto nos Ramos

Os cargos em que podem concorrer candidatos externos, são quase sempre recrutamentos mistos, ou seja, dentro de certas condições os membros das FFAA podem competir com os candidatos externos, para ocupar esses cargos.

d. Recrutamento Interno nos Ramos

O recrutamento interno nos Ramos das FFAA atua sobre os militares em RC para o preenchimento de vagas, principalmente no seu QP, escolhendo de entre eles aqueles que, por habilitação acadêmica adequada e por provas dadas, mais se adequam ao cargo vago.

Desta forma a instituição está a oferecer uma oportunidade de carreira, a um ativo que formou e que bem conhece, que é conhecedor da cultura institucional, não correndo o risco de ser surpreendida negativamente, e ao mesmo tempo motiva e encoraja o desenvolvimento profissional dos outros militares, passando uma imagem de que as FFAA reconhecem os seus RH como “(...) recursos vivos e inteligentes e não mais como fatores inerentes de produção; RH como o mais importante recurso organizacional e fator determinante do sucesso” (Chiavenato, 1999, p. 29)

O processo de colocação dos militares pode também ser considerado recrutamento interno, o que iremos descrever no capítulo seguinte.



3. Comparação dos Processos de Colocação dos Ramos das Forças Armadas

Neste capítulo iremos abordar em exclusivo o processo de colocações dos militares dos três Ramos das FFAA, que é um processo clássico de recrutamento interno dentro de uma organização, adaptado à cultura organizacional das instituições castrenses, deixando de fora o recrutamento externo.

São vários os diplomas legais que regulam e enquadram o processo de colocações dos militares das FFAA, começando pela lei fundamental da república, a CRP onde se definem quais as competências do Presidente da República (Chefe Supremo das FFAA) designadamente, para “nomear e exonerar, sob proposta do Governo, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), o Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, quando exista, e os Chefes de Estado-Maior dos três Ramos das Forças Armadas, ouvido, nestes dois últimos casos, o CEMGFA”, conforme a alínea p), do artigo 133º da CRP.

As colocações dos restantes militares encontram-se preceituadas no EMFAR, no seu capítulo IV, artigo 133º, onde se determina que:

1 – “A colocação dos militares em unidades, estabelecimentos ou órgãos militares é efetuada por nomeação e deve ser realizada em obediência aos seguintes princípios:

- i) Garantia do preenchimento das condições de desenvolvimento da carreira;
- ii) Aproveitamento da capacidade profissional, avaliada em função da competência revelada e da experiência adquirida;
- iii) Conciliação, sempre que possível, dos interesses pessoais com os do serviço, em especial no caso de militares cônjuges.

2 – A colocação dos militares por imposição disciplinar processa-se de acordo com o disposto no RDM¹”.

O EMFAR, no seu artigo 139º, preconiza a competência dos CEM para estabelecer, através de despacho, as regras específicas de colocação dos militares dos respetivos Ramos.

¹ Regulamento de Disciplina Militar



Mas, o que verdadeiramente origina este trabalho de pesquisa, é análise e comparação dos “regulamentos de colocações dos Ramos”, de forma a verificar quais os pontos que os aproximam e quais os que os distanciam, e averiguar se existe, em algum deles, substância capaz de concorrer para o objeto do nosso estudo: a sua adequação à existência de casais militares no seio das FFAA, ou, no caso particular, da FAP.

a. Generalidades

O diploma que regula as colocações dos militares da FAP, designa-se como “**Regulamento de Colocações dos Militares da Força Aérea (RCMFA)**”, tendo sido aprovado pelo despacho nº 01/99/A de 12 de janeiro, do CEMFA, sofrendo alterações pelo despacho nº 68/2007 de 18 de setembro e posteriormente pelo despacho nº 37/2010 de 12 de março, sendo composto por 16 artigos e dois anexos (A e B).

No que concerne ao EP, o diploma que regimenta as colocações, denomina-se de “**Normas de Nomeação e Colocação dos Militares do Quadros Permanentes (NNCMQP)**”, despacho nº 22/02/95 do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), que, como o próprio nome indica, só se aplica aos militares do QP, já alterado pelo despacho 90/CEME/02 de 17 de junho, que é composto por 57 artigos e dois anexos (A e B). Para os militares que não pertencem ao QP existe uma outra resolução do CEME, o despacho nº 173/CEME/2003 de 07 de outubro, “**Normas de Nomeação e Colocação dos Militares nos Regimes de Voluntariado e de Contrato (NNCMRVC)**”.

Por fim, no que respeita ao diploma que preceitua a colocação dos militares da Armada, este intitula-se de “**Regras de Nomeação e Colocação da Marinha (RNCM)**”, despacho nº 16/2007, de 9 de abril, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), organizado em 27 artigos e dois quadros (1 e 2).

De seguida, iremos fazer uma análise conjunta aos conteúdos vertidos nos despachos dos CEM, referentes às colocações dos militares do respetivo Ramo.



b. Finalidade e Âmbito de Aplicação

O RCMFA é um despacho que define, como transcrito no seu artigo 1º, as regras de colocação dos militares da FAP em Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (UEO), sendo o referencial de colocação a Área da declaração de preferência do militar e aplica-se aos militares do QP e, com algumas nuances, aos militares em (RC). Por sua vez, o Exército tem dois despachos independentes, um para os militares do QP, o **NNCMQP**, e um outro para os militares em RV e RC. Nestas normas estão vertidos os princípios de nomeação dos militares do EP nas UEO, tendo como referencial de colocação a Guarnição Militar (GMIL), constante no anexo A destes despachos.

O despacho do CEMA, o RNCM, aplica-se aos militares da MP do QP e, com as devidas adaptações, aos militares em outras formas de serviço, regulando a nomeação para cargos dentro da estrutura da MP.

Qualquer destes diplomas, não regula a nomeação e colocação dos militares dos Ramos para o exercício de cargos que estejam abrangidos por diplomas próprios.

Seguidamente iremos analisar a forma como estão descritas, em cada um dos despachos dos CEM, as modalidades de colocação que em todos se designam por nomeação por escolha, por oferecimento e/ou imposição de serviço.

c. Colocação

A colocação dos militares faz-se em conformidade com a secção anterior e é efetuada por nomeação, nos termos do EMFAR, tendo como ênfase principal a satisfação das necessidades do serviço.

Na FAP, os militares após a primeira colocação numa UEO, ou sempre que o desejem, preenchem a declaração de preferência, que será a sua UEO, para, assim que possível, ser ali colocado. As colocações dos militares da FAP têm um tempo mínimo de dois anos e máximo de cinco anos, podendo ser ultrapassados, se o militar estiver na sua unidade de preferência e não existirem outros militares do



mesmo posto e especialidade com declaração de preferência para essa Área/Unidade.

No EP, os militares do QP antes da primeira colocação (durante o curso para o QP), fazem a sua escolha de GMIL de preferência, e depois de colocados ficam vinculados a essa guarnição enquanto tiverem cabimento orgânico e não declararem preferência por outra. Se, por necessidade de serviço, o militar for colocado em UEO fora da sua GMIL, fica na situação de deslocado num período de tempo nunca superior a dois anos, findo o qual regressa à sua GMIL.

Na MP, é referido que as modalidades de colocação são efetuadas por nomeação, levando em conta vários fatores, como: necessidade de serviço, desenvolvimento de carreira, capacidade profissional e sempre que possível a conciliação dos interesses pessoais, sendo o único regulamento, dos três Ramos, que o refere claramente. Nos outros dois está implícito nas declarações de preferência.

d. Nomeação por Escolha

O EMFAR, no seu Artigo 135º, refere que a nomeação por escolha processa-se sempre que a satisfação das necessidades, ou o interesse do serviço, devam ter em conta as qualificações técnicas e as qualidades pessoais do nomeado, bem como as exigências das funções ou do cargo a desempenhar, independentemente de qualquer ordenação ou escala, sendo da competência do CEM do Ramo.

Nos diplomas que regulam as colocações dos militares do EP e da MP, está plasmado que a competência de colocar por escolha é da exclusiva responsabilidade dos respetivos CEM, cuja decisão poderá ser baseada, ou não, em proposta da entidade à qual o militar irá ficar subordinado no EP, e poderá ser apoiada em processos administrativos organizados pela repartição de pessoal na MP. O diploma da FAP é omissivo sobre quem detém a competência das colocações por escolha.

Os cargos ou funções, que devem ser ocupados por militares colocados por nomeação, estão descritos em anexos aos diplomas do EP e da MP, mas só este



último refere que a nomeação por escolha resulta dos superiores interesses do serviço.

Como o diploma da FAP nada refere sobre os cargos ou as funções sujeitas a nomeação por escolha, deixa a quem “nomeia” um poder arbitrário, e uma incerteza permanente nos seus militares, de quando, como e para o que podem ser nomeados por escolha.

e. Nomeação por Oferecimento

A nomeação por oferecimento, como previsto no EMFAR no seu artigo 136º, assenta em declaração do militar, na qual, de forma expressa, se oferece para exercer uma função ou cargo, podendo ainda processar-se por convite aos militares que satisfaçam os requisitos técnicos e profissionais exigidos, devendo tal convite ser objeto de divulgação através de OS.

A transcrição do artigo 136º do EMFAR para os respetivos regulamentos dos Ramos apresenta algumas particularidades que os diferenciam, mas, no referente ao início do processo para a tramitação da nomeação por oferecimento, a FAP e a MP são unânimes em encetar o procedimento com um convite divulgado em OS, para ocupação de uma determinada função ou cargo. As normas do EP, no seu artigo 16º, oficiam que o processo se inicia pela declaração do militar, cumprindo à letra o determinado pelo EMFAR, vindo clarificar, no seu artigo 17º, que o início do processo de colocação se inicia com a publicação de um convite em OS.

Quanto ao constante nos convites, eles têm muitas similaridades. Em todos é referido o cargo, o posto ou a função a desempenhar e as qualidades técnico-profissionais exigidas. Quanto às datas de entrega da candidatura, na FAP e na MP, elas são referidas no convite, no EP está definido nas **NNCMQP**, no artigo 17º alínea a), que terão de ser efetuadas até ao dia 31 de janeiro de cada ano.

Quanto aos cargos a serem ocupados por militares colocados por oferecimento, a MP tem no seu normativo o quadro 2, onde estão devidamente especificados. No EP pode deduzir-se, visto não estar plasmado, que são todos os



cargos que não são de nomeação por escolha. No RCMFA nada é referido quanto a esse assunto.

Quanto à autoridade sobre a qual recai a incumbência de proceder ao despacho de colocação por oferecimento, na FAP é do CEMFA, nos outros Ramos situa-se ao nível de Diretor de Pessoal.

f. Nomeação por Imposição

Por fim iremos analisar a nomeação por imposição no RCMFA, sendo designada nos despachos do EP e da MP por nomeação por imposição de serviço.

O EMFAR no seu artigo 137º define que a “nomeação por imposição processa-se por escala, tendo em vista o exercício de função ou cargo próprios de um determinado posto”. Definindo de forma tão sucinta esta forma de colocação, deixa em nosso entender implícito, que a regulação efetiva fica a cargo dos respetivos CEM de cada Ramo.

As nomeações por imposição de serviço na MP recaem sobre: os militares com menor número de nomeações por imposição de serviço, na categoria, fora da área de Lisboa; maior tempo decorrido desde o fim da última comissão por imposição de serviço fora da área de Lisboa; o mais moderno da lista de antiguidades com posto indicado à função. São consideradas nomeações por imposição, todas as nomeações que não devam ser por escolha ou oferecimento. Para os cargos que necessitem qualificações especiais, deve a repartição de pessoal proceder à indigitação atempada de forma a poderem realizar-se os cursos adequados para a aquisição de competências para o cargo ou função.

Tal como na MP, no EP estas nomeações também apresentam carácter extraordinário, acontecem por escala e têm em vista o exercício de cargo ou função própria do posto, quadro especial e especialidade, só acontecendo quando: é excedido o nível do quadro orgânico das UEO das GMIL e é necessário repor as necessidades mínimas, superiormente determinadas; há colocações determinadas pelo General CEME; há militares que sofreram alterações da GMIL por imposição de serviço; militares que ingressam nos quadros permanentes; no final de curso para



transição de categoria; satisfação de condições especiais de promoção ao posto superior.

Na FAP, o RCMFA estabelece como critérios cumulativos “(...)os requisitos técnicos e profissionais para o exercício de uma determinada função própria do posto ou cargo” e ainda “maior tempo de permanência na colocação”.

Concorrem também para o escalonamento dos militares sujeitos a nomeação por imposição:

- a) “ A maior antiguidade no posto, nos casos em que:
 - i) Tenham efetuado declaração de preferência na área de colocação e tenham residência habitual nessa mesma área;
 - ii) Tenham efetuado declaração de preferência na área de colocação e não tenham nesta a residência habitual;
 - iii) Tenham residência habitual na área de colocação”.
- b) “ A menor antiguidade no posto, nos casos em que:
 - i) Não tenham efetuado declaração de preferência na área de colocação;
 - ii) Não tenham residência habitual na área de colocação”;

g. Tempos de Permanência em Unidade, Estabelecimento ou Órgão Militar

Quanto ao tempo de permanência, este apresenta diferenças significativas entre os Ramos. Na FAP o tempo mínimo de colocação em UEO é, por regra, dois anos e, por norma, entram em escala de transferência quando atingem o limite de cinco e três anos, se colocados em UEO de Portugal Continental ou regiões autónomas, respetivamente, podendo mesmo assim ser transferidos por escala desde que tenham atingido o tempo mínimo e haja interesse para o serviço. As regras da MP referem que a “duração normal é de três anos com obediência mínima de dois anos”, havendo ainda algumas exceções à regra que estão devidamente tipificadas. No EP “as colocações em UEO da Guarnição Militar de Preferência (GMP) não tem limite de tempo estabelecido”, estando determinado que “as colocações em UEO fora da GMP – DESLOCADO – têm a duração de dois anos”,



ficando acautelados casos excepcionais que possam fugir a esta regra, estando estes tipificados nas Normas de Colocação.

h. Síntese

Passados em revista os três despachos dos CEM que regulam as colocações dos militares dos Ramos, pode concluir-se que a transposição do EMFAR para estes, não se fez de forma coincidente, apresentando cada qual especificidades próprias, que podem ter origem na dispersão geográfica das UEO de cada Ramo.

No entanto, os respetivos regulamentos foram elaborados cumprindo a maioria dos preceitos gerais do EMFAR, como seja, “concorrer para o preenchimento das condições de desenvolvimento da carreira dos militares, o aproveitamento da capacidade profissional, avaliada em função da competência revelada e da experiência adquirida e a conciliação e sempre que possível a conjugação dos interesses pessoais com os do serviço”. Mas, para nenhum deles foi vertida a recomendação do EMFAR, de que deveria haver uma especial atenção, nessa conciliação de interesses, no caso de cônjuges militares. Mesmo assim, no regulamento da MP existe a possibilidade de um dos cônjuges solicitar para ser colocado numa UEO em terra, quando os dois membros de um casal militar estão embarcados. Os regulamentos do exército e da FAP, nada referem sobre o assunto.

Confrontada a Direção de Pessoal (DP) da FAP, com o facto de o RCMFA não conter nenhum critério, que tenha por preocupação a colocação dos casais militares na mesma área geográfica, a DP, na pessoa do Major Martins, responsável pela colocação dos militares da FAP, concretizou em entrevista ao autor, que a realidade deste universo, mesmo não estando inscrito no RCMFA, tem merecido um tratamento extraordinário, sempre que necessário e possível, e sempre a pedido dos interessados. A Repartição de Colocações, com o Serviço de Ação Social, através de um esforço integrado, analisam e ponderam, as solicitações que os interessados lhes fazem chegar e, se possível, conjugam com outras colocações, de forma a satisfazer as necessidades.



4. Incorporação de Militares do Género Feminino

Foi logo no início da Guerra Ultramarina, em 1961, que a FAP, jovem Ramo independente das FFAA, se torna pioneira no recrutamento de militares do género feminino. Por despacho do Secretário de Estado da Aeronáutica, iniciaram o curso de paraquedismo onze enfermeiras, tendo sido brevetadas no final do curso apenas seis.

Durante o decorrer das guerras ultramarinas “foram ministrados 12 cursos de paraquedismo militar a 126 candidatas, tendo chegado ao fim com aproveitamento 47 enfermeiras, “(...) 42 enfermeiras pára-quedistas foram empenhadas em inúmeras missões da sua especialidade em zonas de operações de combate. Sofreram e lutaram bravamente, como valentes soldados que eram, empunhando como armas apenas as que a medicina lhes confiava para salvar vidas. Quando na frente de combate a vontade e o ânimo se desvaneciam, era bom saber que alguém velava por nós e que por nós seria capaz de enfrentar perigos escondidos em traiçoeiras emboscadas (...)” (Grão, s.d., cit. por Machado, 2012, nº 395, p. 29). Este corpo militar feminino, de enfermeiras paraquedistas, serviu na FAP, “(...) em missões de guerra em Angola, Moçambique e Guiné, (...) também tomaram parte em ações que não foram devidamente divulgadas, como a evacuação de civis e militares de Goa em 1961 e 1962, bem como em missão semelhante, e já em 1976, em Timor.” (Machado, 2012, nº 395, pp. 27-29). O quadro de enfermeiras paraquedistas entrou em extinção em 1980, extinguindo-se em 2002, com a passagem à reserva das últimas enfermeiras paraquedistas, já ao serviço do EP.

Foi mais uma vez a FAP pioneira, quando a partir de 1988 abriu as portas da sua Academia a cadetes do género feminino. Em 1991, antecipando-se aos outros Ramos das FFAA, começou a fazer incorporações regulares de mancebos do género feminino em RV e RC para a classe de praças, tendo estas sido recebidas e enquadradas, na Ota, por uma Capitão enfermeira paraquedista, que ainda se encontrava ao serviço na FAP.

Este acontecimento veio alterar significativamente o ambiente humano na FAP. Do convívio entre géneros rapidamente surgiram uniões entre militares, que foram com o passar dos tempos, ora aumentando, ora regredindo em número principalmente entre os militares contratados (tendo por base os números apresentados nas tabelas 1 e 2), mantendo-se nos últimos anos num número relativamente constante entre os militares do QP.



Para ponto de partida sobre o número de casais militares existentes na FAP, foram-se colher dados constantes em trabalhos elaborados no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e na DP. Nessa pesquisa encontrou-se uma investigação efetuada durante o Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS FA 2008/2009), pelo Capitão Técnico de Abastecimento Manuel Silva, que apresenta os números constantes tabela 1, fazendo referência ao trabalho realizado, pelo Capitão João Ferreira, durante o CPOS 2007/2008, que se confirmaram em posterior consulta.

Os números apresentados nesse trabalho, 1004 militares casados ou vivendo em união de facto com outros militares da FAP, parecem ser muito exagerados e mesmo pouco prováveis, conforme foi referido pelo Major Martins, responsável pela colocação dos militares da FAP, pois representam uma percentagem elevadíssima no universo dos militares da FAP. Foi ainda referido pelo entrevistado, que a esta distância seria impossível verificar a autenticidade desses dados, pois a FAP não tem esse registo. Assim sendo, vamos considerar, mesmo havendo uma certa incerteza, os números apresentados como reais, e assumir que aconteceu uma queda abrupta do número de casais militares, levando há existência de uma grande discrepância entre eles (os números contabilizados em 2008 e os existentes em dezembro do ano de 2011), que são agora de 292 militares, casados ou vivendo em união de facto, conforme se pode visualizar na tabela 2, podendo ser observado com maior pormenor na tabela 3, no que concerne às ligações, levando em linha de conta o posto e o género dos militares.

Tabela 1 - Número de casais militares da FAP em 2007

OFICIAL	OFICIAL	74
	SARGENTO	13
	PRAÇA	58
SARGENTO	SARGENTO	40
	PRAÇA	86
PRAÇA	PRAÇA	231
	TOTAL	502

Fonte: Ferreira, João (2008), As mulheres na Força Aérea, IESM

Com a existência desta nova realidade de casais militares e sendo a FAP uma instituição que, por tradição, cultiva os valores da família tradicional e por evolução ou



consequência dos novos tempos, terá que se adaptar ao aparecimento de novos géneros de famílias que vão emergindo no seu seio, cabe à FAP estudar este fenómeno e entre outros vetores, adequar o seu RCMFA às novas realidades familiares.

Tabela 2 - Número de casais militares da FAP em 2011

OFICIAL	OFICIAL	45
	SARGENTO	17
	PRAÇA	7
SARGENTO	SARGENTO	46
	PRAÇA	13
PRAÇA	PRAÇA	18
	TOTAL	146

Fonte: Direção de Pessoal 2011

Tabela 3- Distribuição dos casais por género e classe em 2011

		HOMENS		
MULHERES		OFICIAIS	SARGENTOS	PRAÇAS
	OFICIAIS	45	11	3
	SARGENTOS	6	46	2
	PRAÇAS	4	11	18

Pensando neste universo de casais militares e na forma como eles veem a aplicação do RCMFA à sua condição social e militar, levou-se a efeito um inquérito, entre eles, que será analisado no capítulo seguinte.



5. Análise dos Resultados do Inquérito

a. Universo

Depois de contabilizado o universo dos casais militares existentes na FAP, partiu-se para a recolha de dados necessários à realização deste estudo. Efetuou-se um inquérito, a uma amostra de membros dos casais militares, e face à necessidade de escolher o universo para investigação, optou-se por restringi-lo aos militares da FAP, na situação de ativo, desde que os respetivos cônjuges fossem também militares, ou seja, militares que fossem casados ou vivessem em união de facto com outro militar da FAP à data do inquérito, em suma, fossem um casal militar.

Para fazer a triagem do universo dos casais militares, entre o do universo dos militares da FAP, tivemos a ajuda preciosa da Repartição de Dados da DP, que através do cruzamento de todos os endereços dos militares da FAP, e com posterior contacto dos casais, aliado com informação recolhida entre os casais militares conhecidos, conseguiu-se determinar o número de militares que vivem em união de facto, ou são casados com outros militares, assegurando desta forma algum rigor nos números de casais militares existentes na FAP.

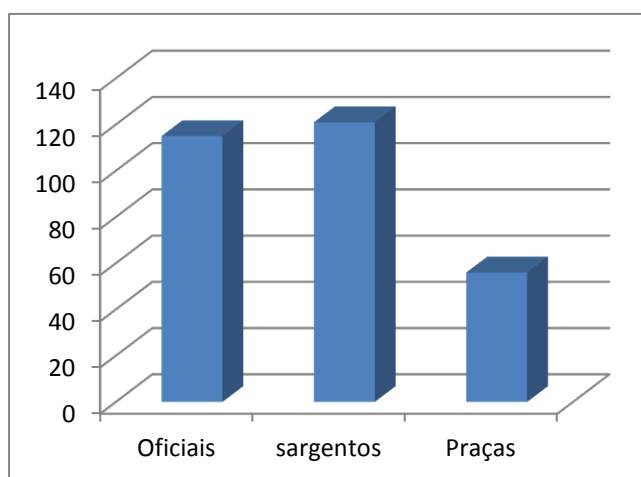


Gráfico 1- Membros dos casais militares por classe em 2011

Fonte: Dados DP



A este universo correspondiam, à data de início da realização do inquérito, 146 casais militares, sendo 115 militares da classe de Oficiais, 121 da classe de Sargentos e 56 da classe de Praças, perfazendo um total de 292 militares, como apresentado o gráfico 1.

b. Descrição do Universo

O universo, como já foi referido, compreende todos os membros dos casais militares na situação de ativo, quer sejam oficiais, sargentos ou praças. Comparativamente às unidades onde os inquiridos se encontram colocados, estas variam, conforme vertido no gráfico 2, entre a área de Lisboa (complexo de Alfragide, complexo do Lumiar, Comando Aéreo, Depósito Geral de Material da Força Aérea (DGMFA), EMGFA e IESM), área de Sintra (Base Aérea n.º 1 e Academia da Força Aérea (AFA)), área de Ota / Montejunto (Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea e Estação Radar n.º 3), área das Lajes (Base Aérea n.º 4), área de Monte Real (Base Aérea n.º 5), área de Montijo / Alcochete (Base Aérea n.º 6, Campo de Tiro), área de Beja (Base Aérea n.º 11), Aeródromo de Manobra n.º 1 e no estrangeiro (CAOC-5 e AIRSOU-I). De um total de 146, existem 58 casais militares, cujos seus membros estão colocados em área de colocação diferente.

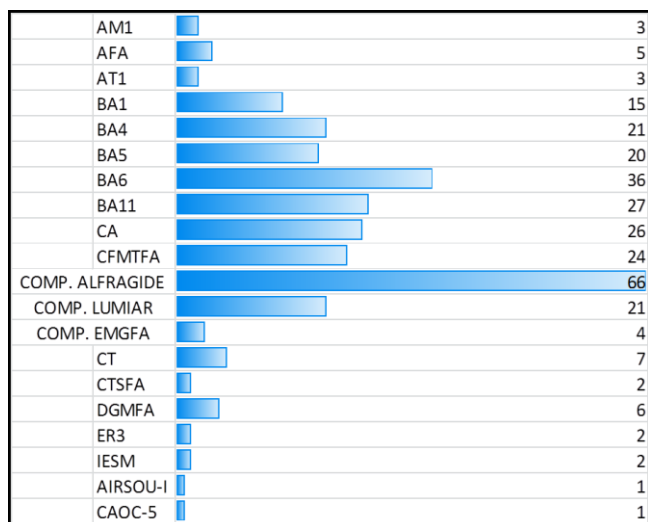


Gráfico 2 - Colocação por unidade

Fonte: Dados DP



Para executar a recolha de dados imprescindíveis à concretização desta análise, lançou-se um inquérito através da internet, tendo estado disponível para responderem, a todos os membros dos casais militares. Tiveram acesso e entraram no programa informático, através da internet no sítio (www.enquetefacil.com), 190 militares, mas só responderam ao inquérito 130 militares, e por limitação da ferramenta escolhida, só foram levadas em conta para este estudo as primeiras 100 respostas ao inquérito.

No entanto, tudo leva a querer, pela dimensão da amostra face ao universo, que ela é significativa, como demonstra a tabela 4.

Tabela 4 – Universo/amostra

	Universo	Amostra
Oficiais	115	59
Sargentos	121	30
Praças	56	11

c. Caraterização da amostra

Como foi referido, da totalidade do Universo, foram consideradas para amostra as 100 primeiras respostas ao inquérito, tendo sido preenchidos por 59 Oficiais, 30 sargentos e 11 praças, como representado no gráfico 3.

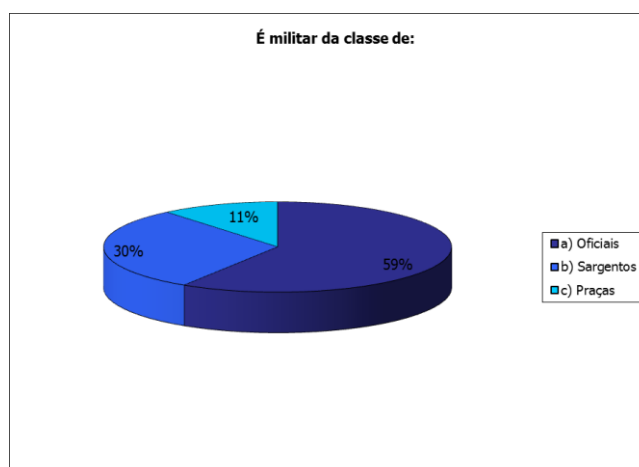


Gráfico 3 - Amostra



Os inquéritos foram disponibilizados para todo o universo ao mesmo tempo, sendo a velocidade de resposta da inteira responsabilidade dos inquiridos, não havendo qualquer possibilidade de interferência da nossa parte, pois o inquérito foi realizado através de um operador da internet.

Em termos de repartição por género (gráfico 4), existe uma adesão de 60% do género feminino contra 40% do masculino. As mulheres demonstraram, com a sua participação e com as mensagens escritas dirigidas ao autor, que estavam interessadas em que esta temática fosse debatida no seio da FAP.

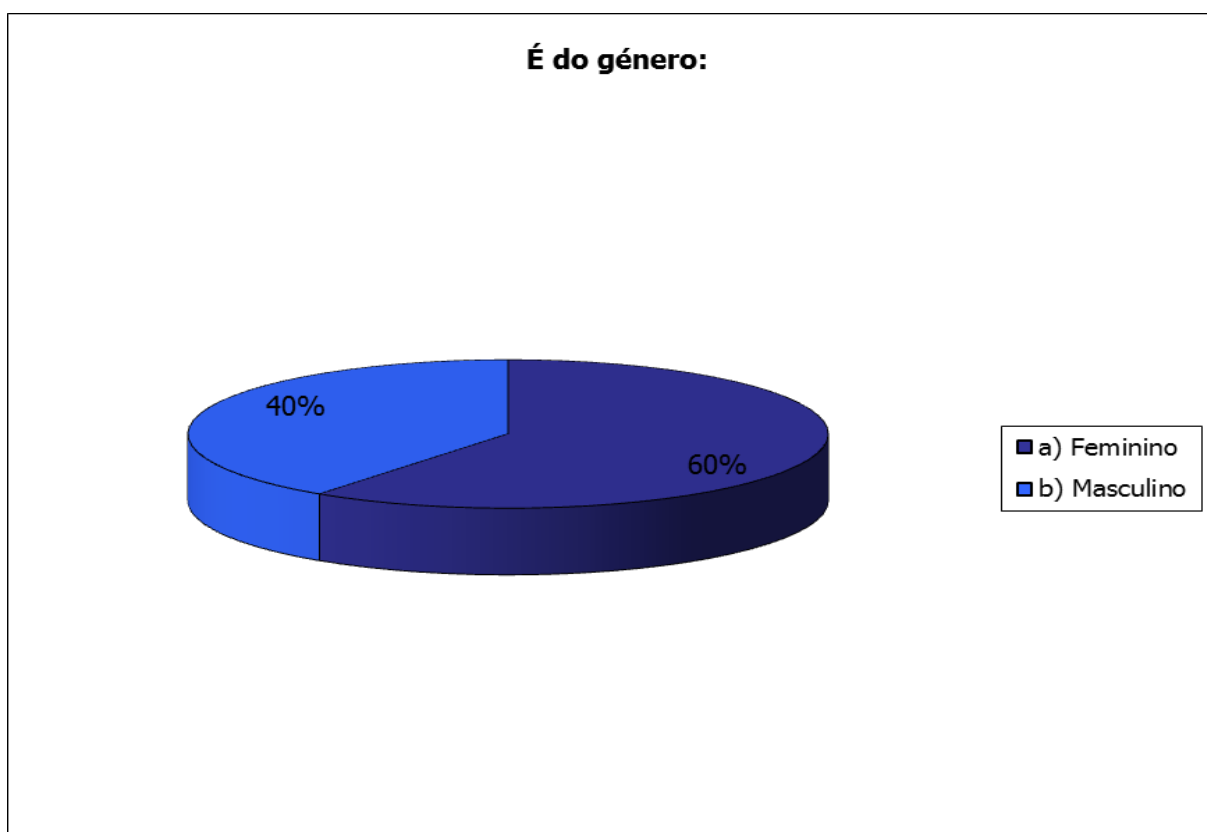


Gráfico 4 - Por género



No que respeita à situação contratual dos militares da amostra que responderam ao inquérito (gráfico 5), fazem parte do QP da FAP 82% e do RC 18%.

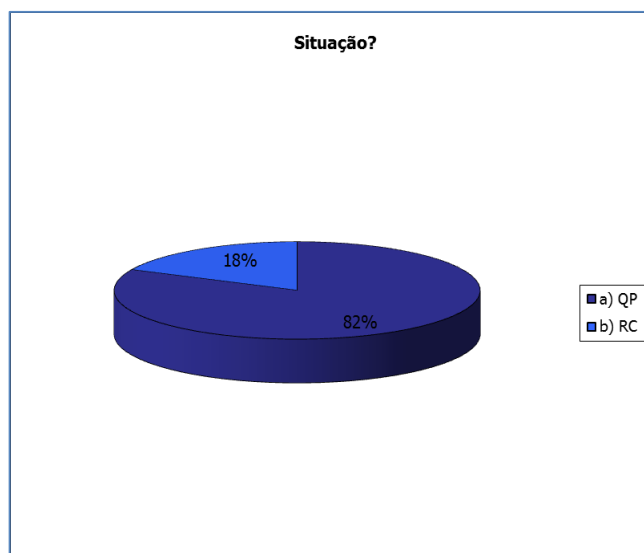


Gráfico 5 - Situação

Dos inquiridos, 55% estão casados ou vivem em união de facto com oficiais, 32% com sargentos e 13% com praças (gráfico 6).

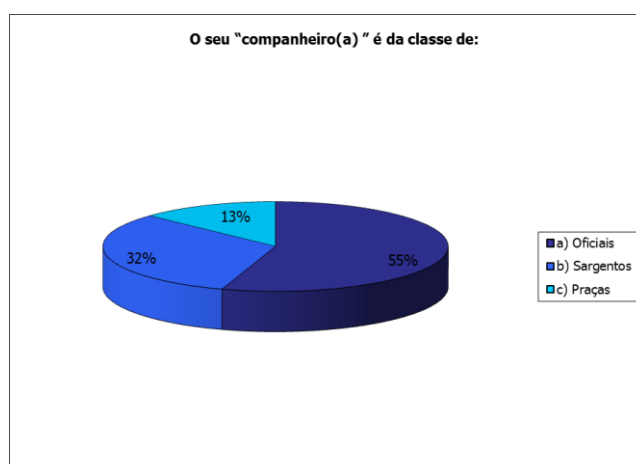


Gráfico 6 - Classe



Também a amostra revela que 83% dos militares pertencentes aos casais militares têm como cônjuge um militar do QP (gráfico 7).

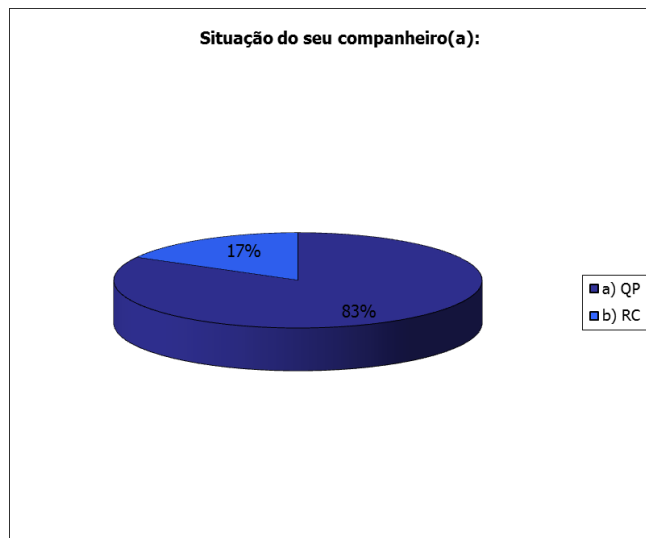


Gráfico 7 - Situação do cônjuge ou companheiro(a)

Dos inquiridos, 93% casaram ou começaram a viver em união de facto, com os elementos já ao serviço da FAP, sendo que 73% dos casais militares são casados e 27% vivem em união de facto (gráfico 8).

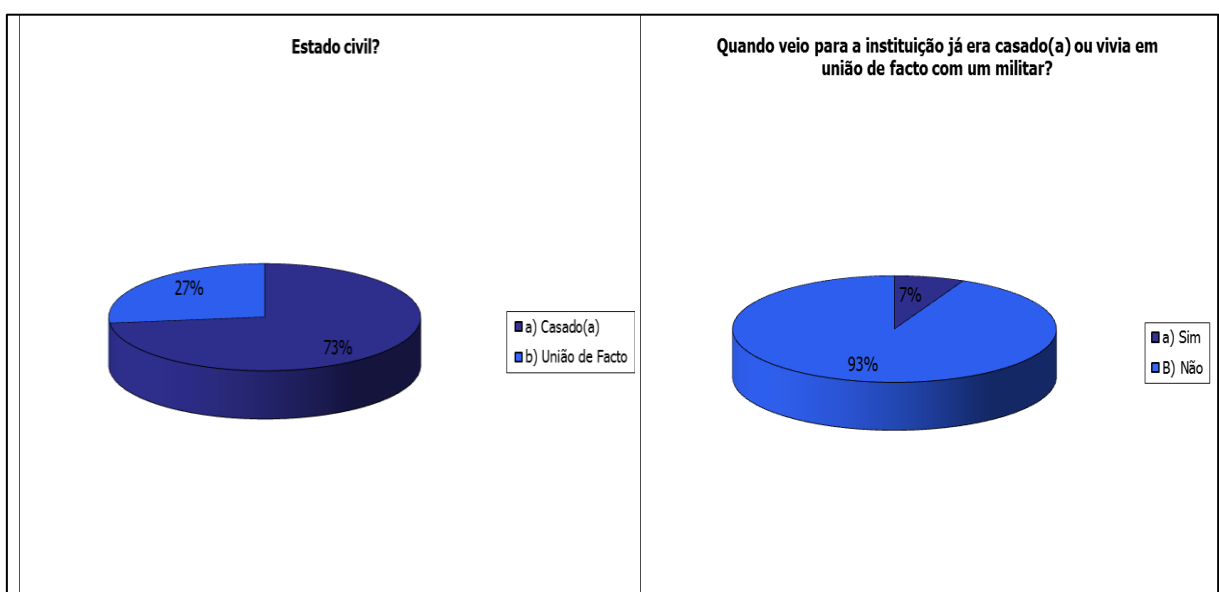


Gráfico 8 - Estado civil antes e depois do ingresso na FAP



d. Análise do Inquérito

Determinada e qualificada que está a amostra recolhida, pode-se agora prosseguir para a análise dos resultados obtidos.

Dos 100 militares considerados na amostra, 85% afirmou que o facto de pertencer a um casal militar não tem sido um obstáculo à sua vida militar (gráfico 9).



Gráfico 9 - Repercussões por serem um casal militar

É de realçar que 65% dos casamentos aconteceram entre elementos que estavam na mesma UEO, que 62% continuam colocados na mesma área de colocação e que 45% ainda se mantêm na mesma unidade (gráfico 10).

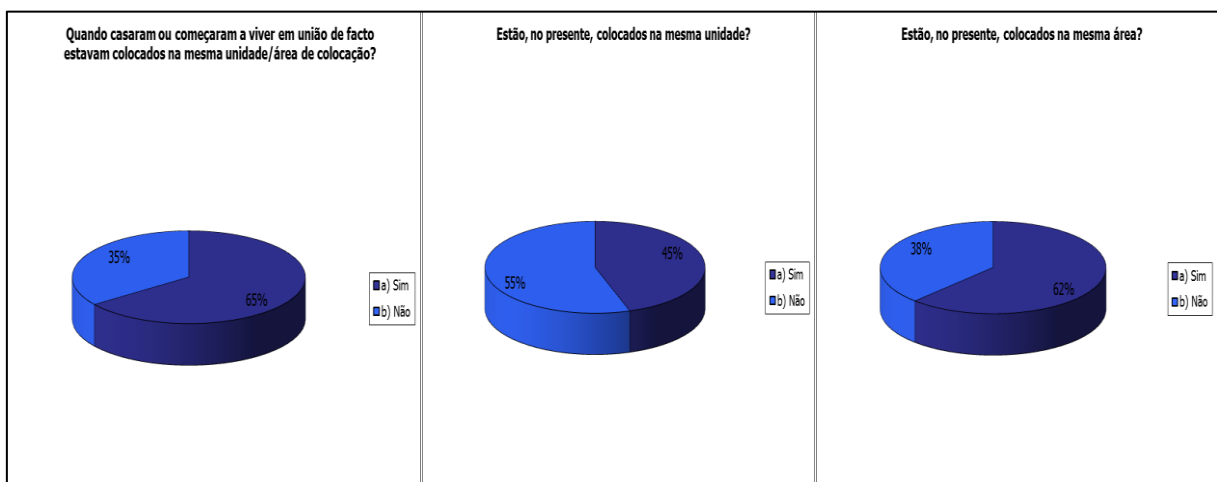


Gráfico 10 – Colocações



Dos militares colocados em áreas diferentes, 52,50% afirmam que esse facto cria dificuldades para a sua vida, principalmente económicas, mas também de relacionamento familiar e principalmente no que se refere à guarda dos filhos em dias de serviço de escala, enquanto, entre os colocados na mesma unidade, só 7,80% afirmam ter dificuldades nos dias de serviço de escala (gráfico 11).

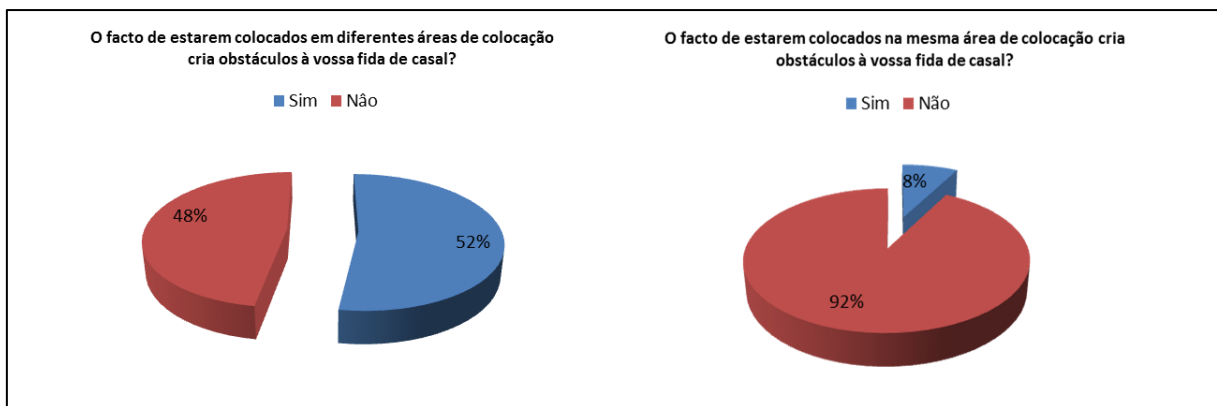


Gráfico 11 - Obstáculos devido a colocação em áreas diferentes

Dos inquiridos, 78% acham desmotivador para o desempenho da missão o facto de os membros de um casal militar estarem colocados em unidades diferentes e 85% vivem preocupados com a possibilidade de um dos membros ser transferido (gráfico 12).

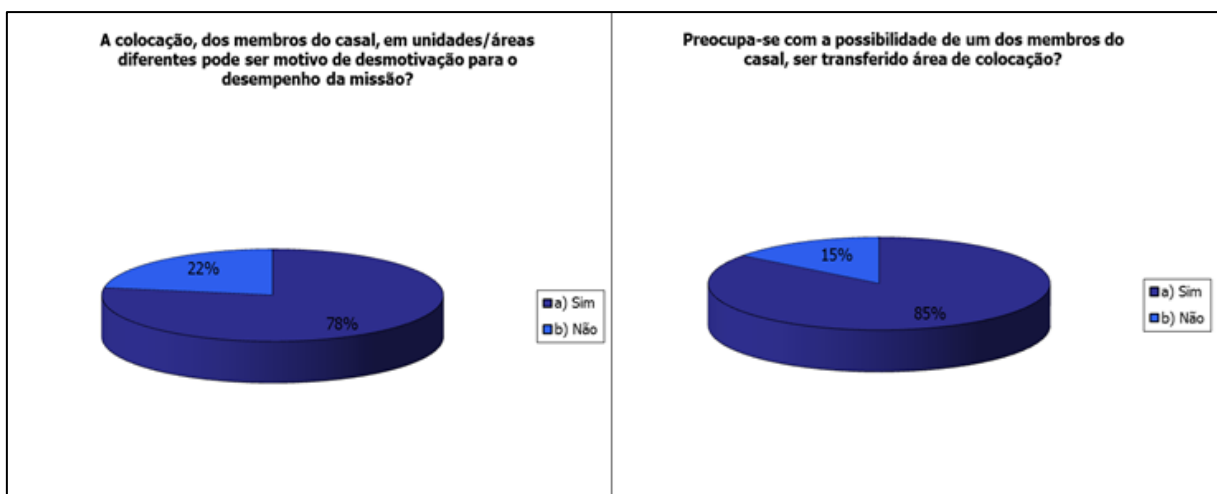


Gráfico 12 - Desmotivação/preocupação



Quando questionados sobre o RCMFA (gráfico 13), 67% afirmam que este não é compatível com a existência de casais militares e 80% é de opinião que este deveria conter mecanismos que os diferenciasssem, como prevê o EMFAR.

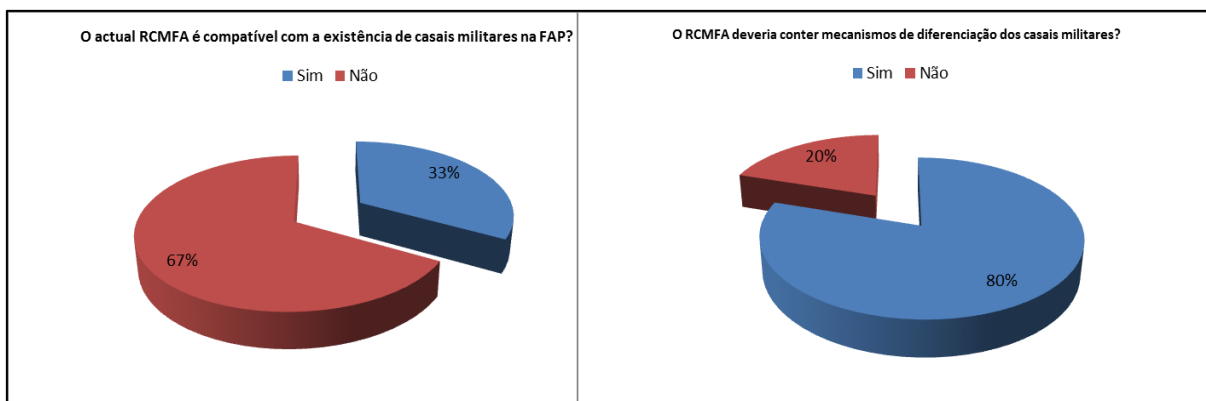


Gráfico 13 - Compatibilidade com o RCMFA

Da amostra analisada 31% é de opinião que a sua vida seria mais facilitada se um dos dois não fosse militar e que a preocupação de poder ser transferido é motivo para que 33% procurem uma outra saída profissional e 86% afirmam que uma transferência criar-lhes-ia dificuldades financeiras significativas (gráfico 14).

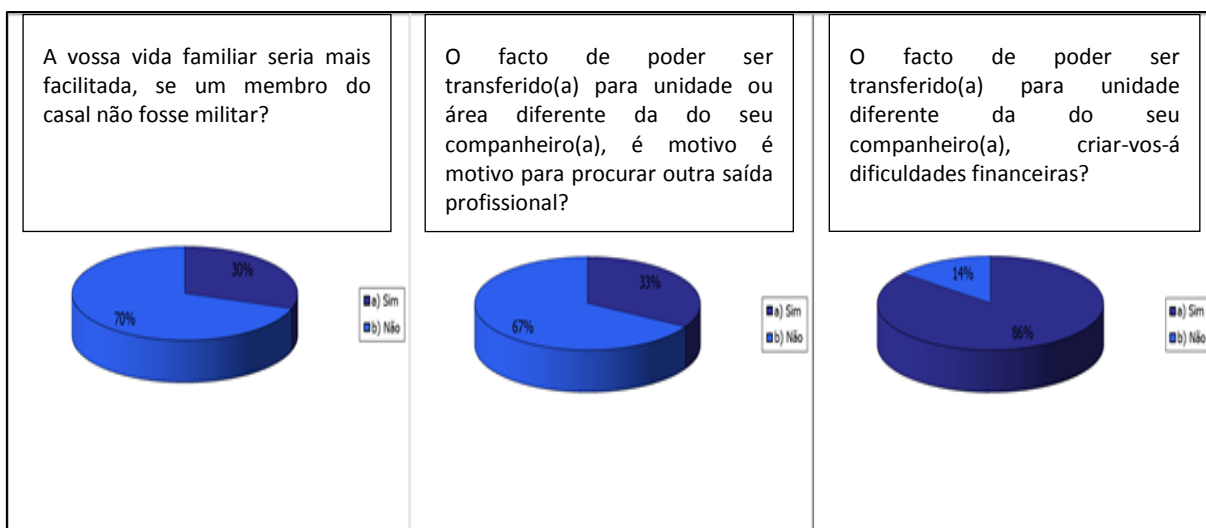


Gráfico 14 - Grau de satisfação



Da amostra em análise (gráfico 15), 96%, ou seja a quase unanimidade, concorda que o RCMFA deveria acautelar, nos seus critérios, a possibilidade de um dos membros do casal militar poder optar por acompanhar o outro para a mesma área de colocação, desde que a colocação fosse por imposição ou escolha e havendo o devido cabimento orgânico.

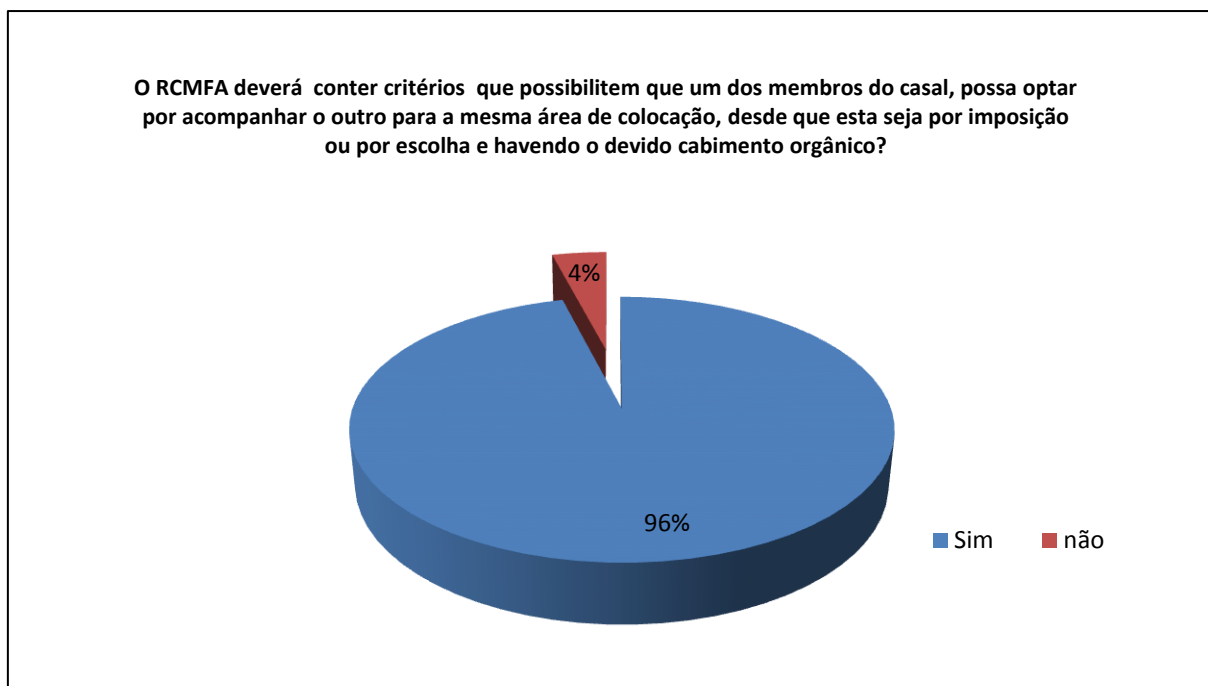


Gráfico 15 – Acompanhamento do cônjuge

e. Síntese

À luz deste inquérito podemos aferir que existe uma enorme preocupação dos membros dos casais militares, com a possibilidade de um deles ser colocado em área diferente da do cônjuge, criando-lhes um sentimento de insegurança, de que resulta alguma ansiedade e desmotivação profissional, afetando o seu bem-estar psicológico e interferindo com a sua tranquilidade familiar.

Aos que estão colocados em áreas diferentes, essa situação cria-lhes uma degradação significativa, principalmente da dimensão económica, que



muitas vezes tem sido catalisador de uma considerável deterioração da vida conjugal. A quase unanimidade dos casais militares, é de opinião que o RCMFA devia conter, nos seus critérios de colocação, a possibilidade de um dos membros do casal poder optar por acompanhar o outro para a mesma área de colocação, desde que a colocação fosse por imposição ou escolha e havendo o devido cabimento orgânico. Essa cláusula seria um fator motivacional que melhoraria os índices de desempenho. Como refere Sousa (1990 cit. por Barbosa, 2009, p. 35), “muitos são os factores que afectam as performances dos indivíduos no que respeita ao seu trabalho e, portanto, a motivação, é apenas uma entre muitas explicações do comportamento humano em geral, e do comportamento relacionado com o trabalho, em particular”.

f. Adequação do RCMFA aos Casais Militares

Depois da pesquisa efetuada através de consulta bibliográfica, principalmente a trabalhos efetuados na área dos RH nas organizações e em particular na FAP, análise dos diplomas sobre a colocação dos militares dos diversos Ramos das FFAA, inquéritos aos casais militares da FAP e ainda, entrevista realizada, por delegação do Senhor Diretor da DP, ao Senhor Major Martins, colocado na Repartição de Colocações da DP e principal responsável pela colocação dos militares da FAP, estão agora reunidos os dados necessários para se avaliar as hipóteses formuladas.

Após a pesquisa efetuada aceita-se parcialmente a hipótese **H1 (O RCMFA possui disposições que acautelam a colocação de elementos constituintes de casais militares na mesma área de colocação.)**, uma vez que, através da análise ao regulamento, e apesar de nada ter sido encontrado que justifique a sua aceitação, a análise ao inquérito realizado, na entrevista efetuada ao responsável da repartição de colocações (Anexo B), revelou que os casos apresentados pelos casais militares, que têm sido poucos, têm na sua maioria sido tratados e resolvidos, com os cuidados e a reserva que merecem, e desde que não haja prejuízo para terceiros ou para o serviço. Deste modo, aceita-se parcialmente a hipótese H1, não pelas disposições do RCMFA, mas



pela prática corrente, mesmo correndo-se o risco haver alguma arbitrariedade no processo de colocações destes militares.

Rejeitamos as hipóteses **H2 (O RCMFA possui disposições que despertam o interesse e mobilizam os elementos dos casais militares para a consecução dos objetivos profissionais.)** e **H3 (O RCMFA possui disposições que promovem o reforço do vínculo dos elementos dos casais militares para com a instituição.)**, por não existirem no RCMFA, disposições que as validem.

À luz do inquérito efetuado aos casais militares, verificamos que existe uma enorme preocupação dos seus membros, com a possibilidade de um deles ser colocado em área diferente da do cônjuge, afetando a sua estrutura psicológica e motivacional e tornando-se um fator negativo para o bom desempenho do serviço, como se pode verificar nas respostas às perguntas 25 e 27 do inquérito em anexo A, reproduzidas nos gráficos 12 e 14 deste trabalho.

Pelo facto de haver a possibilidade de poderem ser transferidos, 33% ambicionam arranjar uma outra saída profissional de forma a ter, pelo menos um dos membros, estabilidade geográfica. No entanto, 70% são de opinião de que o facto de serem um casal militar, só por si, não é fator de desestabilização conjugal (gráfico 14). Os casais que trabalham em áreas diferentes, na sua maioria afirmam que sentem grandes dificuldades, de carácter económico, de estabilidade familiar e principalmente no acompanhamento escolar dos filhos.

Desta forma, pode-se concluir que se o RCMFA, à luz das respostas ao inquérito, possuísse no seu articulado disposições explícitas sobre a possibilidade dos membros dos casais militares, puderem ter um tratamento diferenciado, o RCMFA poderia ser um fator motivacional gerador de um melhor desempenho profissional e de um reforço do vínculo dos membros dos casais militares para com a instituição, como se pode verificar no gráfico 15.



Conclusões

Sendo os RH o principal suporte de qualquer instituição, nas FFAA esse sustentáculo reveste-se de uma importância fundamental, pois o meio castrense guia-se por valores, e deveres de “obediência, autoridade, lealdade, zelo, honestidade, camaradagem, correção, disponibilidade total para o serviço”², que são mais facilmente cumpridos quando os RH se sentem motivados e reconhecem no seu RCMFA, um meio que contribui para o seu bem-estar.

Tendo em linha de conta o aspeto fundamental do bem-estar, que potencia a motivação, este trabalho teve como objetivo estudar a sempre complexa, e por vezes incompreendida, problemática das colocações dos militares da FAP e, particularmente, a colocação dos membros pertencentes aos casais militares, tentando compreender de que forma o RCMFA se lhes adequa.

Orientou-se, assim, esta análise, pela seguinte pergunta de partida: **De que forma o RCMFA se adequa à existência de casais militares?**

Partindo de um modelo de análise que servisse de trave mestra para o nosso estudo, foi feita uma primeira pesquisa em alguns trabalhos realizados no IESM, no ex-IAEFA e foram, ainda, efetuadas algumas entrevistas a oficiais colocados na Repartição de Recursos da FAP e na Repartição de Colocações da DP da FAP, tendo-se chegado à conclusão de que o autor deveria orientar a investigação num âmbito restrito e especial de militares, os casais militares, e dessa forma associar à pergunta central as seguintes questões derivadas, que nos orientaram durante este estudo:

De que forma o RCMFA contribui para manter os casais militares na mesma área de colocação?

De que forma o RCMFA concorre para a motivação profissional dos casais militares?

De que forma o RCMFA auxilia na fidelização nos seus quadros dos casais militares?

Para dar resposta a cada uma das perguntas derivadas, foram aduzidas as seguintes hipóteses:

² Alguns deveres dos militares, constantes do RDM.



H1: O RCMFA possui disposições que acautelam a colocação de elementos constituintes de casais militares na mesma área de colocação;

H2: O RCMFA possui disposições que despertam o interesse e mobilizam os elementos dos casais militares para a consecução dos objetivos profissionais;

H3: O RCMFA possui disposições que promovem o reforço do vínculo dos elementos dos casais militares para com a instituição.

Em concordância com as diretrizes recebidas e seguindo o procedimento proposto, foi adotado a metodologia seguida no manual de investigação em ciências sociais de, Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (1997).

No primeiro capítulo, realizou-se uma análise conceptual dos principais conceitos que nos foram acompanhando durante este estudo. Ali se definiram e caracterizaram os principais termos e ideias constantes do RCMFA, para que não restassem dúvidas de conteúdo quando estes fossem referidos, nos pontos seguintes, principalmente aqueles que diretamente se relacionam com as formas de nomeação dos militares, constantes no EMFAR e no RCMFA, como sejam: nomeação, nomeação por escolha, nomeação por oferecimento e nomeação por imposição.

No segundo capítulo, passou-se em revista os métodos de recrutamento de RH nas organizações, dando relevo aos métodos utilizados pelos três Ramos da FFAA: recrutamento externo, recrutamento interno e recrutamento misto.

O recrutamento externo, destinado a mancebos para frequência das AM com destino ao QP e ainda, destinados ao serviço em RV e RC para a formação de militares das classes de praças, de oficiais e sargentos milicianos. O recrutamento interno, destinado a militares para os QP da classe de sargentos e oficiais. O recrutamento misto, para frequência das AM e dos estágios técnicos militares com destino aos QP da classe de oficiais.

No terceiro capítulo, fez-se uma análise dos despachos dos CEM dos três Ramos das FFAA, comparando-os entre si e com o preceituado pelo EMFAR, sobre os processos de nomeação e colocação dos militares das FFAA, tendo-se verificado que existem, em alguns casos, diferenças significativas na transcrição e regulamentação feita pelos CEM de cada Ramo. Algumas diferenças têm consistência nas especificidades dos Ramos, mas



outras há, em que não se vislumbra justificação para a existência de diferenças tão significativas, como seja a nomeação por escolha, em que o diploma da FAP nada refere sobre os cargos ou as funções a desempenhar, deixando a quem “nomeia” um poder arbitrário e uma incerteza permanente nos seus militares, de quando, como e para, o que podem ser nomeados por escolha.

No entanto, pode concluir-se, que os despachos dos Ramos cumprem a maioria das prescrições gerais aventadas pelo EMFAR, como seja, “ser observado em todas as situações, a satisfação das necessidades de serviço, concorrer para o preenchimento das condições de desenvolvimento da carreira dos militares, o aproveitamento da capacidade profissional avaliada em função da competência revelada e da experiência adquirida e a conciliação sempre que possível dos interesses pessoais com os do serviço”. **Como principal lacuna no RCMFA, realça-se a não inclusão de nenhum critério que “promova a conciliação dos interesses do serviço com os interesses pessoais em especial dos militares cônjuges”, como prevê o EMFAR na alínea d) do art.º 133º.** Desta avaliação, poder-se-ia inferir que a FAP não dá a importância devida a esta nova realidade, a colocação dos casais militares.

Questionada a repartição de colocações, na pessoa do Major Martins, responsável pelas colocações dos militares da FAP, este afirmou que os casais militares, desde que o solicitem, têm um tratamento extraordinário, mesmo não estando previsto no RCMFA, havendo uma conjugação de esforços entre a Repartição de Colocações e o Serviço de Ação Social de forma a conjugar as colocações destes militares, desde que não haja prejuízo para o serviço e para terceiros, o que nos leva a aceitar parcialmente a hipótese H1 (**O RCMFA possui disposições que acautelam a colocação de elementos constituintes de casais militares na mesma área de colocação.**), não pelo que está estipulado no RCMFA, mas pela prática, mesmo correndo o risco de esta estar ferida pela possibilidade de haver alguma arbitrariedade no processo de colocações deste universo de militares.

No quarto capítulo, fizemos uma breve resenha histórica sobre o recrutamento de militares do género feminino na FAP, desde o aparecimento das enfermeiras paraquedistas no início da década de 60 do século XX, até aos nossos dias. Retratámos também o aparecimento dos casais militares e as dinâmicas que devido à sua aparição lhes seguiram, como seja a sua evolução em número, e sua distribuição atual por classes.



No quinto capítulo, foi analisado o inquérito realizado aos casais militares, começando por descrever o universo de casais militares e quais as unidades em que estavam colocados, seguiu-se a caracterização da amostra e por fim a análise ao inquérito efetuado.

Da análise efetuada optou-se por rejeitar as hipóteses **H2 (O RCMFA possui disposições que despertam o interesse e mobilizam os elementos dos casais militares para a consecução dos objetivos profissionais.)** e **H3 (O RCMFA possui disposições que promovem o reforço do vínculo dos elementos dos casais militares para com a instituição.)**, pelo facto de no plasmado no RCMFA não se descortinarem disposições que possam validar as hipóteses e os dados do inquérito aos membros dos casais militares, não seguirem o sentido das hipóteses, como se pode verificar nas respostas às perguntas 25 e 27 do inquérito em anexo A e nos gráficos 12 e 14 deste trabalho.

De destacar a quase unanimidade dos inquiridos (gráfico 15), afirmando que, na sua opinião, o RCMFA deveria conter critérios que possibilitem que um dos membros do casal possa optar por acompanhar o outro, para a mesma área de colocação, desde que a colocação seja por imposição ou escolha e haja cabimento orgânico.

Podemos assim concluir, respondendo à pergunta de partida (**De que forma o RCMFA se adequa à existência de casais militares?**), que o RCMFA em vigor, no seu articulado, não tem disposições apropriadas à existência de casais militares e que, essa adequação é realizada por uma prática reiterada, entre a Repartição de Colocações e o Serviço de Ação Social da FAP, de forma a conjugar interesses pessoais com os do serviço. Depreendemos assim, que a inserção de cláusulas no RCMFA que possam conciliar, sempre que possível, o serviço com a existência dos casais militares, pode ser um fator mobilizador e motivacional para o bom desempenho no serviço e ainda para a consecução dos objetivos profissionais e familiares, o que também reforçaria o vínculo à instituição dos casais militares.

Recomendações

Levando em linha de conta o resultado desta investigação e se possível o aprofundamento desta temática, aventa-se as seguintes recomendações:

- a) Ao Estado-Maior da Força Aérea



- (1) Elaborar uma proposta de alteração do RCMFA, de forma a incluir no seu articulado:
 - o disposto na alínea d) do art.º 133º do EMFAR, que sugere a “Conciliação, sempre que possível, dos interesses pessoais com os do serviço, em especial no caso de militares cônjuges”;
 - a definição de quais os cargos e funções que devem ser executadas por militares, colocados por nomeação por escolha.
- (2) Fazer um estudo para averiguar qual seria o impacto na FAP, se o RCMFA possuísse mecanismos que diferenciasssem os membros dos casais militares.

“A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do estado”

(Declaração Universal dos Direitos do Homem, art.º 16, 3)



Bibliografia

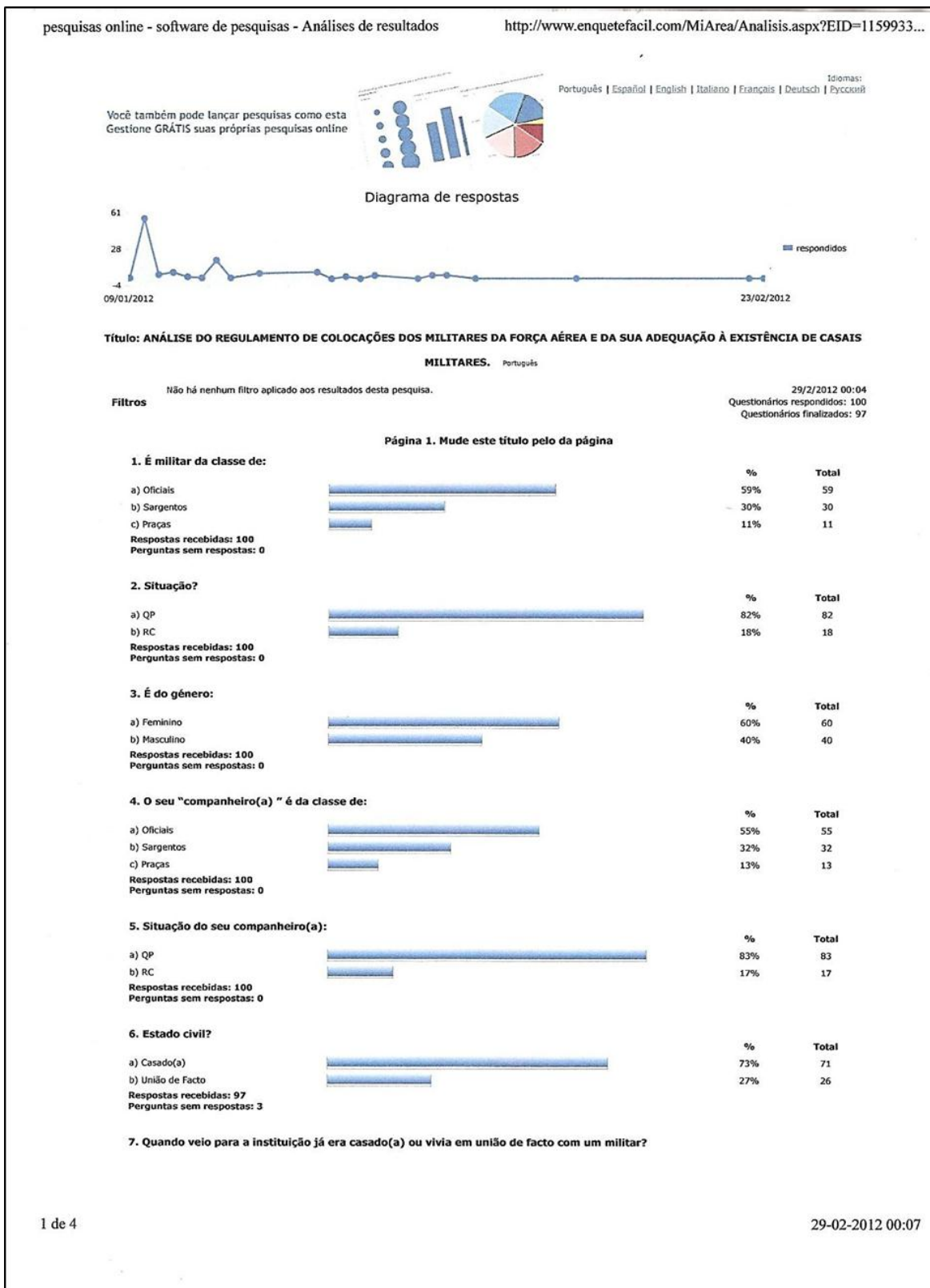
- Barbosa, M, 2009. *Avaliação de Desempenho nas Empresas: Caso Prático Caixa Económica de Cabo Verde*. Cidade da Praia: Universidade Jean Piaget
- Bastos, B, 2008. *A Obtenção de Recursos Humanos para os Quadros Permanentes das Forças Armadas: Que Formas de Recrutamento a Privilegiar Face à Actual Conjuntura*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares
- Camara, P, 2001. *HUMANATOR: Recursos humanos & sucesso empresarial*. Lisboa: Dom Quixote
- Chiavenato, I, 2001. *Construção de Talentos: Coaching & Metoring*. Rio de Janeiro: Elsevier
- Chiavenato, I, 1999. *Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier
- Chiavenato, I, 2002. *Recursos Humanos, 7ª edição*. São Paulo: Editora Atlas
- Conselho Regional de Administração, 1998. *Administrador Profissional nº146*. São Paulo
- Despacho nº 16/2007 do CEMA, de 10 de abril. *Regras de Nomeação e colocação de militares da Marinha*
- Despacho n.º 173/2003 do CEME, de 07 de outubro. *Normas de Nomeação e Colocação dos Militares dos Regimes de Voluntariado e Contrato*
- Despacho n.º 22/02/95 do CEME, de 22 de fevereiro, alterado pelo Despacho n.º 90/2002, de 17 de junho. *Normas de Nomeação e Colocação dos Militares dos Quadros permanentes;*
- Despacho n.º 68/2007 do CEMFA, de 18 de setembro. *Regulamento de Colocações dos Militares da Força Aérea*
- Despacho n.º 37/2010 do CEMFA, de 12 de março. *Anexo A - Áreas e Unidades / Órgãos de Colocação;*
- Decreto-Lei n.º 236/99, de 25JUN, com as alterações e retificações introduzidas, até ao Decreto-Lei n.º 310/2007, de 11 SET -*Estatuto dos Militares das Forças Armadas*.
- Ferreira, J, 2008. *As Mulheres na Força Aérea*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares
- Ferreira, JNCA, ed. Lit. 2001. *Manual de Psicossociologia das Organizações*. Lisboa. McGraw-Hill



- Gil, M, 2009. *Proteção da Maternidade e da Paternidade no Âmbito da Força Aérea*. Lisboa. Instituto de Estudos Superiores Militares
- Inácio, C, 2009. *O Processo de Colocação dos Militares nas Forças Armadas*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Lei nº 9/1999, de 30 de junho. Código Civil Português
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. *Constituição da República Portuguesa*
- Lei Orgânica nº 2/2009, de 22 de julho. *Regulamento de Disciplina Militar*
- Machado, C, 2012. Revista Mais Alto nº 395: *As Enfermeiras Para-quedistas na FAP*. Lisboa. Força Aérea Portuguesa
- QUIVY, RC, 1997. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva;
- Schermerhorn, J, 1996. *JR: Management*. Nova York. John Wiley & Sons
- Silva, L, 2003. *Intervenção Psicossocial*. Lisboa. Universidade Aberta
- Sousa, A, 1990. *Introdução à Gestão*. Lisboa. Editorial Verbo



ANEXO A – Análise do Inquérito aos Casais Militares





	%	Total
a) Sim	7%	7
b) Não	93%	93

Respostas recebidas: 100
Perguntas sem respostas: 0

8. O facto de serem um casal de militares, tem sido um obstáculo para a vossa vida como militares?

	%	Total
a) Sim	15%	15
b) Não	85%	84

Respostas recebidas: 99
Perguntas sem respostas: 1

9. Quando casaram ou começaram a viver em união de facto estavam colocados na mesma unidade/área de colocação?

	%	Total
a) Sim	64%	63
b) Não	36%	35

Respostas recebidas: 98
Perguntas sem respostas: 2

10. Quando casaram ou começaram a viver em união de facto estavam colocados na mesma unidade/área de colocação?

	%	Total
a) Sim	65%	63
b) Não	35%	34

Respostas recebidas: 97
Perguntas sem respostas: 3

11. Estão, no presente, colocados na mesma unidade?

	%	Total
a) Sim	45%	44
b) Não	55%	54

Respostas recebidas: 98
Perguntas sem respostas: 2

12. O facto de estarem colocados em unidades diferentes cria obstáculos à vossa vida de casal?

	%	Total
a) Sim	29%	28
b) Não	40%	38
c) Não se aplica	31%	30

Respostas recebidas: 96
Perguntas sem respostas: 4

13. Quais?

Perguntas sem respostas: 74

Respostas recebidas: 26

14. O facto de estarem colocados na mesma unidade cria obstáculos à vossa vida de casal?

	%	Total
a) Sim	7%	7
b) Não	55%	52
c) Não se aplica	37%	35

Respostas recebidas: 94
Perguntas sem respostas: 6

15. Quais?

Perguntas sem respostas: 94

Respostas recebidas: 6

16. Estão, no presente, colocados na mesma área?

	%	Total
a) Sim	62%	59
b) Não	38%	36

Respostas recebidas: 95
Perguntas sem respostas: 5

17. O facto de estarem colocados em áreas diferentes cria obstáculos à vossa vida de casal?

	%	Total
a) Sim	28%	27
b) Não	26%	25
c) Não se aplica	46%	44

Respostas recebidas: 95
Perguntas sem respostas: 5

**18. Quais?**

Perguntas sem respostas: 79

Respostas recebidas: 21

19. O facto de estarem colocados na mesma área cria obstáculos à vossa vida de casal?

	%	Total
a) Sim	5%	5
b) Não	65%	60
c) Não se aplica	30%	28

Respostas recebidas: 93

Perguntas sem respostas: 7

20. Quais?

Perguntas sem respostas: 94

Respostas recebidas: 6

21. Estando colocados na mesma área de colocação, escolheria estar colocado(a) em unidade diferente?

	%	Total
a) Sim	20%	19
b) Não	81%	79

Respostas recebidas: 97

Perguntas sem respostas: 3

22. Porquê?

Perguntas sem respostas: 53

Respostas recebidas: 47

23. Pensa que o RCMFA, deveria ter mecanismos que diferenciasssem os casais militares?

	%	Total
a) sim	80%	74
b) Não	21%	19

Respostas recebidas: 92

Perguntas sem respostas: 8

24. Quais?

Perguntas sem respostas: 38

Respostas recebidas: 62

25. A colocação, dos membros do casal, em unidades/áreas diferentes pode ser motivo de desmotivação para o desempenho da missão?

	%	Total
a) Sim	78%	76
b) Não	22%	22

Respostas recebidas: 98

Perguntas sem respostas: 2

26. Quando está de serviço (escala/turnos), não estando o outro membro do casal colocado na mesma unidade, tem dificuldade em solucionar a guarda dos filhos?

	%	Total
a) Sim	65%	57
b) Não	35%	31

Respostas recebidas: 88

Perguntas sem respostas: 12

27. Preocupa-se com a possibilidade de um dos membros do casal, ser transferido área de colocação?

	%	Total
a) Sim	85%	81
b) Não	15%	14

Respostas recebidas: 95

Perguntas sem respostas: 5

28. Porquê?

Perguntas sem respostas: 29

Respostas recebidas: 71

29. Em sua opinião o RCMFA, deveria acautelar nos seus critérios de colocação, a possibilidade de um dos membros do casal poder optar por acompanhar o outro, para a mesma área de colocação/unidade, desde que a colocação seja por imposição ou por escolha e havendo o devido cabimento orgânico?

	%	Total
a) Sim	96%	94
b) Não	4%	4

Respostas recebidas: 98

Perguntas sem respostas: 2

30. Acha que vossa vida familiar seria mais facilitada, se um dos dois não fosse militar?



	%	Total
a) Sim	31%	30
b) Não	71%	69

Respostas recebidas: 97

Perguntas sem respostas: 3

31. O facto de poder ser transferido(a) para uma unidade/área diferente da do seu companheiro(a), é motivo para procurar uma outra saída profissional diferente da vida militar?

	%	Total
a) Sim	34%	33
b) Não	69%	66

Respostas recebidas: 96

Perguntas sem respostas: 4

32. 22- O facto de poder ser transferido(a) para uma unidade diferente da do seu companheiro(a), criar-vos-á dificuldades financeiras?

	%	Total
a) Sim	87%	85
b) Não	14%	14

Respostas recebidas: 98

Perguntas sem respostas: 2

33. Acha que o atual RCMFA compatível com a existência de casais de militares na FAP?

	%	Total
a) Sim	33%	27
b) Não	67%	56

Respostas recebidas: 83

Perguntas sem respostas: 17

34. O que alteraria no RCMFA?

Respostas recebidas: 53

Perguntas sem respostas: 47

[Mapa do site](#) | [Ajude-nos a melhorar](#) | [Condições](#) | [Política de privacidade](#) | [Quem somos](#) | [Recomende](#) | [Favoritos](#) | [Trabalhe conosco](#) | [Newsletter](#)

Idiomas: [Português](#) | [Español](#) | [English](#) | [Italiano](#) | [Français](#) | [Deutsch](#) | [Русский](#)

enquetefacil.com | encuestafacil.com | easygoingssurvey.com | enquetefacile.com | sondaggiopfacile.com | einfacheumfrage.de | prostopros.ru

Copyright © 2005-2012 Encuesta Fácil, S. L. Tel.: +34 (91) 416-4609 ou e-mail para: [Atenção ao Cliente](#)

TRIFACTORY



ANEXO B – Entrevista ao Diretor da Direção de Pessoal da Força Aérea

Por recomendação do senhor Diretor, a entrevista foi efetuada ao Major Oliveira Martins, Chefe da Repartição de Colocações da FAP, estando presente o Major Ribeiro colocado na mesma repartição.

1. Da consulta efetuada aos regulamentos de colocações do Ramos das FFAA, deparamo-nos com várias diferenças, sendo uma delas, a fidelização dos militares a uma à unidade de preferência para toda a sua vida militar, desde que haja cabimento orgânico, como é o caso dos militares do exército. Pensa ser possível aplicar a mesma regra aos militares da FAP?

2. Quanto ao processo de nomeações, detetamos que a nomeação por escolha no RCMFA, não tem nos seus critérios as funções específicas para este tipo de nomeação ao invés do que acontece com o regulamento da Marinha. Pensa que este facto pode criar uma certa arbitrariedade nestas nomeações?

3. Segundo um estudo efetuado durante o CPOS 2007/2008, existiam na FAP 502 casais militares, hoje só detetamos 146 casais. Existe alguma razão conhecida para tão grande queda no número de casais?

4. A Força aérea não transcreveu para o RCMFA a disposição do EMFAR que refere que nas colocações dos militares deve haver uma “conciliação, sempre que possível, dos interesses pessoais com os do serviço, em especial no caso dos militares cônjuges”. Feito um inquérito aos casais militares 96% são de opinião que o RCMFA deveria possuir disposições que acautelassem a colocação de elementos constituintes de casais militares na mesma área de colocação.

O que pensa da inclusão desta cláusula no RCMFA?